

COSTA, Joaquim Pereira da

* const. 1891; dep. fed. RS 1891-1899.

Joaquim Pereira da Costa nasceu em Cruz Alta (RS) em 1859, filho do capitão Manuel Bento da Costa e de Maria Pereira da Costa.

Era um entusiasta da causa republicana e, como tal, foi fundador do Clube Republicano Acadêmico e membro do Clube 20 de Setembro, formado por gaúchos republicanos. Em 1879 fundou, junto com Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e outros estudantes republicanos, o jornal *A Evolução*, de orientação republicana. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX.

Em 1884 regressou à sua cidade natal e se engajou nas campanhas abolicionista e republicana que se espalhavam por todo o país e agitaram as últimas décadas da Monarquia no Brasil. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estaduais e municipais; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do

governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Ainda enquanto estava na faculdade de direito, Joaquim Pereira da Costa revelou-se um adepto da doutrina positivista do francês Augusto Comte (1798-1857), cuja fórmula máxima era: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”. No Brasil, o positivismo alcançou maior repercussão que na França, em especial por sua chegada ao país coincidir com um período de importantes transformações políticas e econômicas.

Quando Joaquim Pereira da Costa saiu do Rio Grande do Sul rumo a São Paulo, onde foi cursar a Faculdade de Direito, a presença das ideias positivistas já era marcante na literatura gaúcha. Como aconteceu em outros Estados do país, o positivismo influenciou primeiramente o âmbito cultural e só mais tarde influenciou o plano político. Após concluir a faculdade e regressar ao Rio Grande do Sul, Pereira da Costa e seus demais conterrâneos que também foram estudar na capital paulista encontraram um ambiente favorável para difundir o pensamento de Augusto Comte. Nesse contexto, Júlio de Castilhos se revelaria o grande difusor dos princípios positivistas no Rio Grande do Sul. Foi ele o responsável pela introdução do positivismo na propaganda política jornalística. Com isso, as ideias e os próprios termos do pensamento de Comte passaram a circular na sociedade gaúcha da época.

A sedução que o positivismo de Comte exercia sobre a geração de Castilhos – da qual Joaquim Pereira da Costa fazia parte – estava relacionada ao anseio por uma política cientificista, inserido em uma conjuntura marcada pela ascensão de uma burguesia urbana e pelo declínio das velhas instituições monárquicas e da economia escravista. Para aqueles jovens republicanos não fazia sentido a alternância nos ministérios dos partidos monárquicos, que disputavam acirradamente os postos de comando e que, muitas vezes, ao alcançarem o poder colocavam em prática justamente aquilo que na oposição combatiam.

Foi neste contexto que as ideias sociais, políticas e filosóficas de Augusto Comte exerceram forte influência no ideário republicano rio-grandense. Contudo, os princípios positivistas não eram aceitos com unanimidade entre os republicanos gaúchos, o que gerou dissidências individuais e constantes conflitos políticos naquele estado ao longo da Primeira República.

Além disso, é importante salientar que havia diferenças entre o comtismo e o chamado castilhismo. A principal delas refere-se ao fato de que o castilhismo defendia mais decisivamente a presença dominadora do Estado nos diferentes campos da vida social. Em outras palavras, o castilhismo era mais totalitário que o comtismo.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, encerrando o período imperial no Brasil. Nesse mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas.

Em 1890, já sob o novo regime político, Joaquim Pereira da Costa foi eleito, em 15 de setembro desse ano, deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul. Assumiu sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada em 15 de novembro de 1890, que iria redigir a primeira Constituição republicana do Brasil. A Constituinte republicana era composta por 205 deputados e 63 senadores legitimados pelo sufrágio popular. Os embates da Constituinte revelavam diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente políticos-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa.

A Constituição de 1891 foi predominantemente inspirada na Constituição dos Estados Unidos da América e determinava, entre outros fatores, a divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); a extinção do Poder Moderador, que era exercido diretamente pelo imperador; a separação da Igreja e do Estado e o voto aberto, restrito aos homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. A Federação, a República, o presidencialismo, a eleição direta, o princípio da separação dos poderes, o bicameralismo e a declaração de

direitos e garantias individuais, como o *habeas corpus*, são conquistas que provêm da Constituição de 1891. Em 25 de fevereiro, um dia após a promulgação da Constituição republicana, Deodoro foi eleito pelos constituintes para a presidência, tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Com o fim dos trabalhos da Constituinte, em 15 de junho de 1891 assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para iniciar seu mandato ordinário. Permaneceu no Legislativo federal até 31 de dezembro de 1893, quando também se encerrou a legislatura.

No dia 3 de fevereiro de 1894, Joaquim Costa casou-se com Dulce Pereira, filha de João Pereira de Almeida, o barão de Nonoai. Nesse mesmo ano, foi reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os Estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Exerceu seu mandato, durante a segunda legislatura, de 22 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1896. Durante essa legislatura, a Câmara dos Deputados teve como presidentes Francisco de Assis Rosa e Silva (de 17 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1895) e Artur César Rios (de 19 de maio de 1896 até o fim da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1897 foi, mais uma vez, reeleito deputado federal, sempre pelo Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato ao longo da terceira legislatura, de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados Federais, durante esta legislatura, foram Arthur Cezar Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura).

Após anos atuando na Câmara Federal, Joaquim Pereira da Costa transferiu-se para Paysandu, no Uruguai, onde atuou como vice-cônsul.

Faleceu em Porto Alegre no dia 26 de junho de 1928.

Publicou: *A mais racional e a mais prática solução do problema eleitoral*, lançado em 1884, no Rio Grande do Sul.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-Grandense (verbete temático). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14/05/2011; BAKOS, M. *Júlio*; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FÉLIX, L. *Coronelismo*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; FRANCO, S. *Gaúchos*.